



Convênio entre o Estado e a Associação dos Usuários da Ceasa foi extinto em 2009. O MP quer licitação para regularizar a administração

■ A Central de Abastecimento do Estado de Sergipe - Ceasa -, um dos mais tradicionais e frequentados espaços de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros da Capital, funciona de forma irregular desde 2009. A empresa que a administrava, inaugurada em 1974, foi extinta em 1991. A partir daí, a Associação de Usuários da Ceasa negociou com o Governo do Estado para assumir a administração.

Nesta segunda, 9, o promotor de Justiça Daniel Carneiro, da Promotoria de Defesa do Consumidor e Relevância Pública, volta a se reunir em audiência com representantes da Associação de Usuários da Ceasa, da Vigilância Sanitária e da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe - Cohidro -, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, para tentar fazer a pactuação do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC -, visando à regularização da central.

De acordo com Daniel, a Ceasa pertence ao Estado de Sergipe. Segundo ele, a Associação de Usuários firmou um convênio com o Estado e, desde 1991, passou a administrar a central. A associação se comprometeu não só em administrar, mas em efetuar as melhorias que fossem necessárias. Como isso não foi feito, em 2009, a Procuradoria-Geral do Estado - PGE - expediu um parecer recomendando a extinção do convênio. "De lá para cá, nada se resolveu, e os investimentos que deveriam ser feitos pela associação não têm sido efetuados", diz Daniel.

O Na semana passada, foi realizada uma audiência e dado um prazo de dez dias para que os representantes dos órgãos envolvidos com a questão decidissem se vão ou não assinar o TAC. "No meu entendimento, deve haver a licitação para a cessão de uso do espaço", afirma o promotor. Segundo ele, se a pactuação do TAC for aceita, será feito um cronograma de ação e definidos os critérios para a licitação. Mas, se não houver acordo, será obrigado a mover uma Ação Civil Pública para a adaptação da Ceasa.

Daniel reconhece que - desde a primeira vistoria realizada na Ceasa pela Vigilância Sanitária do município, há um mês, quando foram constatadas inúmeras irregularidades, a exemplo de lixo acumulado, ratos e ausência de ponto de água - houve melhorias, mas elas só ocorreram por causa das intervenções que foram feitas pelos próprios associados.

RESPONSABILIDADE

O diretor-presidente da Associação de Usuários da Ceasa, Augusto Gonçalves Neto, revelou que, atualmente, há três temas sendo discutidos pela associação no Ministério Público: a parte sanitária, a do agrotóxico e a de quem vai administrar a Ceasa.

Segundo ele, o prédio da Ceasa nunca passou por uma grande reforma. "Nós mantemos a central na medida do possível - mas, quando se pretende fazer uma reforma profunda, não temos recurso para isso. Desde quando a Ceasa foi transferida para a associação, o Governo nunca colocou nenhum real aqui dentro", critica.

Diariamente, mais de 400 pessoas comercializam os produtos ali, sendo 180 associados efetivos, que contribuem mensalmente, e 220 que contribuem com uma tarifa diária de uso do boxe. "A nossa receita fica em torno de R\$ 70 mil por mês", explica.

Segundo Augusto, 35 funcionários trabalham na central e representam um custo de R\$ 40 mil por mês, incluídos os encargos. Além disso, a Ceasa gasta cerca de R\$ 12 mil para o recolhimento do lixo. "A limpeza é feita diariamente", diz.

IRREGULARIDADES

O presidente revela estar de acordo com as exigências da Vigilância Sanitária com relação à higiene, mas ressalta que na área interna de cada boxe a responsabilidade é do permissionário. "A associação administra a área comum, mas internamente a

responsabilidade é do comerciante", comenta. Augusto afirma, ainda, que a dedetização é feita quinzenalmente para o controle de ratos.

Com relação à comercialização dos produtos na área aberta, feita em cima de paletes de madeira, ele informou que, quando assumiu, fez um projeto para efetuar a reforma, mas como ficou em R\$ 1,5 milhão e os permissionários não puderam contribuir para ratear a despesa, o projeto foi inviabilizado.

Outra falha apontada pela vigilância é a necessidade de colocação de pia em cada boxe. "Mas, em Ceasa nenhuma do Brasil existe isso, até porque a manipulação do alimento ali é com casca. São bananas, aipim, inhame; não é alimento processado", afirma.

SEM CONDIÇÕES

A comerciante Marineuza dos Santos ainda não fez a reforma do boxe. Ela está de acordo com a recomendação da Vigilância Sanitária e do MP de que a estrutura tem que mudar para alvenaria, mas disse que ainda fez a troca do material porque não tem condições financeiras. "Fui pedir à Direção da associação para fazer e eu ficar pagando, mas ela disse que não podia", salienta.

Marineuza disse que paga R\$ 115 todo mês para comercializar no local. Quando questionada sobre a possibilidade de retirada dos comerciantes da central, ela se mostrou contrária. "O comentário é que a Ceasa vai ser entregue ao Estado, que a gente não quer ficar aqui, o que não é verdade. A gente quer, sim, ficar aqui", diz.

A Assessoria de Comunicação da Cohidro disse que a decisão em relação à licitação para escolha de novo administrador da Ceasa será tomada pelo órgão, na audiência desta segunda, no Ministério Público. De acordo com a assessoria, a Cohidro, inclusive, vai querer saber quem autorizou a construção de um posto de gasolina e a colocação de uma torre da empresa de telefonia Oi, no terreno pertencente à Ceasa. ■

[>] COMENTE ESTA MATÉRIA
opine@cinform.com.br